



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 71 /GP/95

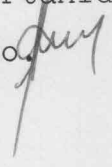
DE 21 DE FEVEREIRO DE 1995.

EXMº. Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 527 que Autoriza o Poder Executivo a Contratar por prazo determinado, 06 (seis) Professores Nível Médio.

Solicitamos que para aprovação do presente Projeto de Lei, seja feito em regime de urgência.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.



AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

EXMº. SR.

BRAZ RESENDE

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE - RO.

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 22/02/95
Horas: 11h 02min

Chefe



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 518

DE 03 DE FEVEREIRO DE 1995.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

A presente matéria, tem por escopo a contratação de seis professores Nível Médio, para prestarem serviços junto a Fundação Wilma Zermiani.

O Projeto de Lei nº 527, disciplina a forma de contratação, os prazos de direitos e deveres.

Através da Lei nº 512, de 21 de Outubro de 1994, A Fundação foi reconhecida de utilidade pública.

A finalidade que o Projeto pretende atingir, é a de propiciar a Fundação é iniciar e manter a atividade referente ao ensino regular de primeiro grau até a quarta série, incluindo o Pré-Escola, previsto no artigo 2º do Estatuto Social.

Partindo-se da premissa de que um dos deveres do estado é a educação, o Poder Público Municipal não pode omitir-se em prestar auxílio à Fundação, que encontra-se em inicio das atividades.

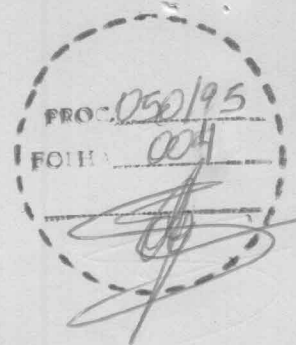
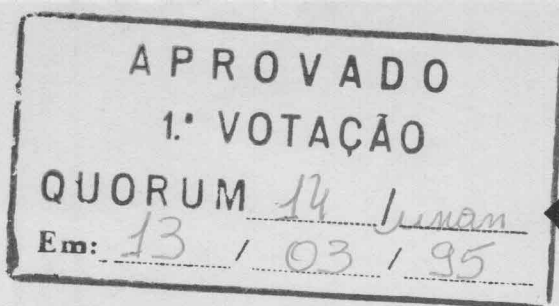
Neste sentido, aguardo a aprovação dos Senhores Vereadores.

PALÁCIO DOS PIONEIROS

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 22/02/95
Horas: 11h 02 min

Chefe



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 527

DE 21 DE FEVEREIRO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRA-
TAR POR PRAZO DETERMINADO, 06 (SEIS)
PROFESSORES NÍVEL MÉDIO".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Autoriza o Poder Executivo a Contratar por prazo determinado, 06 (seis) professores nível médio.

Art. 2º) A Contratação de que trata esta Lei dependerá da prévia autorização do Prefeito Municipal, por indicação do Secretário Municipal de Educação.

Parágrafo Único - À Contratação deverá especificar as condições, o local e o período do contrato, que não excederá a 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

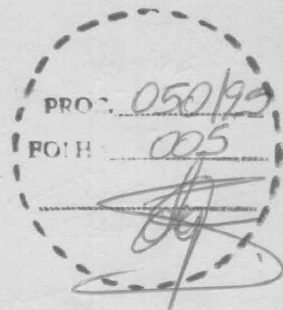
Art. 3º) Os servidores contratados pelo regime desta Lei, prestarão os serviços junto à Fundação Wilma Zermiani, com ônus ao Município.

Parágrafo Único - O prazo de cessão não poderá ultrapassar ao período de que trata o parágrafo único do artigo 2º.

Art. 4º) Os vencimentos do servidor contratado, terão por base o valor do nível de referência inicial do cargo correspondente.

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 22/02/95
Horas: 14h30m

§ 1º) O servidor temporário fará jus às gratificações



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 527

FLa.02

ficações e demais vantagens concedidas aos servidores da categoria específica.

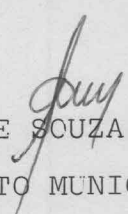
§ 2º) O reajuste do vencimento obedecerá aos mesmos índices e ocorrerá na mesma data do concedido aos funcionários do quadro permanente de pessoal do Município.

Art. 5º) Aos servidores contratados sob o regime desta Lei, aplicar-se-ão as normas concernentes aos direitos, deveres e proibições previstos ao funcionalismo público em geral.

Art. 6º) As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º) Revogam-se as disposições em contrário


AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 21/02/95
Horas: 11h30min





**** FUNDAÇÃO WILMA ZERMIANI ****
**** PEQUENO PARAISO ****



**** ESTATUTO SOCIAL ****

CAPITULO I

DA DENOMINACAO, SEDE, OBJETIVOS E DURACAO

ARTIGO 1º → Sob a denominação de "FUNDAÇÃO WILMA ZERMIANI" com o nome de fantasia de "PAQUENO PARAIZO", fica constituída uma fundação, entidade sem fins lucrativos, de duração ilimitada, que se regerá pelos estatutos e pela legislação específica.

ARTIGO 2º → A sede da fundação será no lote rural Nº 23-B, Gleba 15 - Zona Rural, ao final da AV. Daniel Comboni, em Ouro Preto do Oeste - RO., podendo estabelecer representações em qualquer parte do território nacional, em especial em outros municípios do Estado de Rondônia, desde que cumpridas as formalidades legais, os estatutos e as deliberações da diretoria.

ARTIGO 3º → A fundação terá como finalidade a assistência ao menor carente, independente da cor, raça, religião ou classe, mantendo para isso departamentos distintos para cada área, estes possuindo regimentos próprios que poderão ser ampliados, modificados ou extintos, de acordo com a diretoria, sendo considerados efetivos os que exercerão as seguintes finalidades:

- Creche;
- Ensino regular de primeiro grau, ate a 4a (QUARTA) série, incluindo o pré-escola;
- Assistência médica e odontológica, inclusive com distribuição de medicamentos;
- Alimentação aos menores carentes, distribuição de alimentos excedentes, hortas e práticas de cultivos, iniciação a agricultura, conhecimentos dos tipos de solos e preparo de alimentação, inclusive padarias;
- Ensino de corte e costura e outras atividades profissionalizantes;
- Esporte e lazer.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Estes departamentos serão dirigidos por um diretor, nomeado pelo diretor - presidente;

PARAGRAFO SEGUNDO - Mesmo que estes departamentos funcionem em cidades, estados ou locais diferentes da sede, estarão sempre subordinados a diretoria da fundação.

ARTIGO 4º → A fundação não tomará parte de manifestações de caráter político, religioso, racial ou de classes.

CAPITULO II

DOS ASSISTIDOS

ARTIGO 5º → Serão assistidos todos e quaisquer menores carentes, independente de credo, cor, raça ou classe, dentro das

Cartório do Tabelionato de Notas Anã-

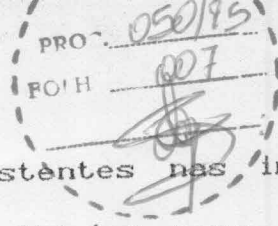
xos Wenzling - RG 3011042/0001-33

R. Princesa Isabel, 15 - Centro - Ouro Preto - RO

11 NOV 1994

11 NOV 1994

11 NOV 1994



possibilidades de vagas existentes nas instalações da fundação.

A diretoria estabelecerá critérios para assistência e admissão dos menores carentes, levando-se em conta, principalmente, a situação econômica e familiar dos mesmos.

ARTIGO 7º → SÃO DEVERES DOS ASSISTIDOS;

- A) Prestigiar a fundação com todos os meios ao seu alcance e difundir para a comunidade o espírito humanitário assistencial;
- B) Comparecer com seus representantes legais, às assembleias gerais, dando sugestões e acatando suas decisões;
- C) Manter a ordem e a disciplina estabelecida pela fundação;
- D) Prestigiar os eventos recreativos, culturais e promocionais promovidos pela fundação.

ARTIGO 8º → SÃO DIREITOS DOS ASSISTIDOS;

- A) Tomar parte das assembleias, votar e opinar sobre as decisões;
- B) Usufruir de todos os benefícios assistenciais, juntamente com seus familiares, quando a estes forem extensivos, criados pelos departamentos da fundação;
- C) Participar, juntamente com seus familiares, de eventos recreativos e culturais promovidos pela fundação;
- D) Recorrer a qualquer ato ou punição imposta pela diretoria de departamentos, mediante requerimento de defesa ao diretor presidente da fundação.

CAPITULO III

DAS PENALIDADES

ARTIGO 9º → O assistido que infringir os dispositivos dos estatutos, regimentos e resoluções da diretoria, de acordo com a natureza da infração, ficará sujeito as seguintes penalidades;

- A) Advertência;
- B) Suspensão;
- C) Eliminação.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A pena de advertência será aplicada verbalmente ou por escrito. A verbal poderá ser aplicada por qualquer diretor. A por escrito somente pelo diretor-presidente.

PARAGRAFO SEGUNDO - É passível de pena de suspensão o assistido que;

- 1) - Reincidir em infração já punida com advertência por escrito;
- 2) - promover discórdia entre os colegas;
- 3) - Atentar contra a disciplina da fundação;
- 4) - Praticar ato condenável ou ter comportamento inconveniente nas dependências ou fora da fundação.

PARAGRAFO TERCEIRO - É passível de eliminação o assistido que;

- 1) - Já tendo sido punido com pena de suspensão, volte a incorrer no erro;
- 2) - For condenado por sentença pesada e julgada, pela prática de delito infame.



QUARTO - A pena de eliminação será aplicada pela diretoria, ouvido os diretores de departamentos.

CAPITULO IV

DOS ORGAOS DA FUNDACAO

ARTIGO 10° → São órgãos da fundação;

- A) Assembléia geral;
- B) Diretoria;
- C) Conselho Fiscal.

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 11° → A assembléia geral constituir-se-á da fundadora e seus dependentes, representantes legais dos assistidos, todos que fizerem doação em bens ou espécie a fundação, autoridades constituídas e representantes da comunidade.

ARTIGO 12° → As assembléias são ordinárias, com reuniões no dia 1° (primeiro) de março de cada ano para eleger a diretoria, quando for o caso, aprovar suas contas e eleger os membros do conselho fiscal.

ARTIGO 13° → As assembléias gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da fundação exigirem o pronunciamento dos assistidos, para fins previstos em lei e para os seguintes casos: Reforma de estatutos e eleição de novas diretorias por renúncia da em exercício.

ARTIGO 14° → As assembléias gerais serão dirigidas pelo diretor presidente da fundação, que convidará um ou dois presentes para servirem de secretários na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

DA DIRETORIA

ARTIGO 15° → A fundação será gerida e administrada por 05 (cinco) membros, todos eleitos pelo período de 02 (dois) anos, com direito de elegibilidade por tantos períodos quantos forem aprovados em assembleias gerais, ficando assim composta;

- 1 - Diretor - Presidente
- 2 - Diretor - Vice-Presidente
- 3 - Diretor - Secretário
- 4 - Diretor - Tesoureiro
- 5 - Diretor - Social

ARTIGO 16° → SÃO COMPETENCIAS DO DIRETOR-PRESIDENTE

- A) Responder pela fundação em juízo ou fora dela, podendo delegar poderes e constituir procuradores;
- B) Representar a fundação perante as autoridades constituídas, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, em especial perante o Ministério de Educação e secretarias de Educação bem como autarquias.
- C) Convocar, instalar e presidir as assembléias gerais ordinárias e extraordinárias, bem como as reuniões da diretoria;
- D) Determinar os programas de execuções da diretoria e departamentos, supervisionando e corrigindo as execuções;
- E) Representar a fundação perante entidades financeiras.

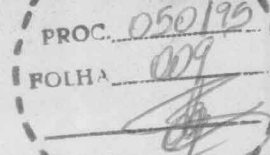
Cartório de Títulos e Documentos
xos War... 3
13/11/84

Int...
mal que...

11 NOV 1984

Cartório de Títulos e Documentos
CIC 105.116.582-51





ras, podendo abrir contas bancárias, assinar cheques e demais documentos exigidos pela entidade, ASSINADO EM CONJUNTO COM O DIRETOR - TESOUREIRO;
F) Assinar correspondências, requerimentos, recibos e demais documentos administrativos;
G) Promover o término do ano calendário, a prestação de contas de sua gestão no prazo estipulado pela assembléia geral;
H) Dirigir a fundação de acordo com estes estatutos, administrar o patrimônio social e promover o bem geral do assistidos;
I) Aplicar as penalidades previstas neste estatuto;
J) Indicar, para aprovação da diretoria, os diretores dos respectivos departamentos;
L) Nomear os funcionários de acordo com a diretoria e fixar seus vencimentos cumprindo a legislação trabalhista.

ARTIGO 17º → SÃO COMPETÊNCIAS DO DIRETOR - VICE-PRESIDENTE;

- A) Substituir o diretor-presidente em suas faltas e impedimentos podendo, para tanto, desempenhar todas as funções legais a ele atribuídas;
- B) Desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pelo diretor-presidente, com a aprovação da diretoria.

ARTIGO 18º → SÃO COMPETÊNCIAS DO DIRETOR - SECRETARIO;

- A) Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria
- B) Preparar a correspondência de expediente da fundação após submetê-la ao visto do diretor-presidente;
- C) Manter o arquivo de correspondência geral da fundação, bem como os contratos em perfeita ordem;
- D) Manter o arquivo por departamento, em especial o do departamento de ensino;
- E) Ler e redigir as atas das sessões da diretoria, da assembléia geral ordinária e extraordinária.

ARTIGO 19º → SÃO COMPETÊNCIAS DO DIRETOR - TESOUREIRO;

- A) Substituir eventual ou definitivamente o diretor-vice-presidente e/ou o diretor-presidente, respectivamente, em suas faltas e impedimentos podendo desempenhar todas as funções legais a eles atribuídas;
- B) Elaborar e submeter à apreciação e aprovação da diretoria, o programa de arrecadações e aplicações dos numerários da associação;
- C) Representar em conjunto com o diretor-presidente, ou seu substituto legal, a fundação perante as instituições financeiras;
- D) Receber, dar quitação, aceitar e pagar contas formalmente contraídas pela fundação;
- E) Promover campanhas juntamente com o diretor-social para a arrecadação de verbas;
- F) Elaborar balancetes mensais, bem como a prestação de contas ao término do ano calendário, juntamente com o diretor-presidente;
- G) Manter em ordem toda a documentação relativa a sua pasta, prestando as informações que forem exigidas pelos diretores, membros do conselho fiscal e pela fiscalização.

ARTIGO 20º → SÃO DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR - FISCAL;

- A) Divulgar e manter informações aos assistidos e a comunidade sobre a atuação da fundação;
- B) Manter a diretoria informada dos contatos mantidos

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos
Wensing - 11.054/1002/001-11

R. Princesa S. F. 1.111 - Centro - RO

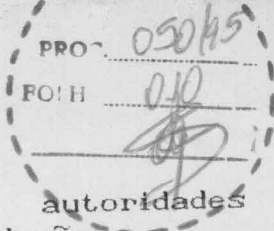
Atestado por este Tabelião de Notas e Anexos
de que a presente escritura foi lavrada em 11 de Novembro de 1994

Cartório de Notas

11 NOV 1994

Tabela de Notas e Anexos

Cartório de Notas e Anexos - 11.054/1002/001-11



com autoridades e órgãos sobre reinvidicações
fundação;
C) Difundir aos assistidos e familiares, a comunidade e autoridades constituídas os eventos culturais e recreativos realizados pela fundação;
D) Implementar programas e campanhas para arrecadação de verbas para a fundação;
E) Demonstrar e expor a atuação da fundação para a comunidade e principalmente a classe empresarial, no intuito de arregimentar doadores e colaboradores em potencial;
F) Representar a fundação junto aos órgãos de imprensa.

ARTIGO 21º → Nenhum membro da diretoria sera remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 22º → A fundação terá um conselho fiscal composto de 03 (três) membros eleitos pela assembléia geral, com idêntico número de suplentes, cujo mandato terá o mesmo tempo de duração da diretoria.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Compete ao conselho fiscal a fiscalização da gestao financeira da fundação.

PARAGRAFO SEGUNDO - O parecer sobre o balanço, previsão orçamentaria e suas alterações, emitidos pelo conselho fiscal, deverá constar na ordem do dia da assembléia geral, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 23º → Os membros do conselho fiscal desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

CAPITULO V

DO CONSELHO CURADOR

ARTIGO 24º → A fundação terá ainda um CONSELHO CURADOR, composto de 04 (quatro), indicado pelas entidades de direito juridicamente reconhecidas nesta cidade, tais como Rotary Club, OAB, Maçonaria, Promoção Social ou qualquer outra, sob a presidencia do presidente da própria fundação, com mandato igual ao da diretoria da mesma.

PARAGRAFO PRIMEIRO - É da competência do conselho curador a fiscalização dos interesses sociais da fundação.

PARAGRAFO SEGUNDO - O objetivo principal do conselho curador é a ater-se à aplicação e movimentação dos bens, satisfazendo aos anseios do instrutor, cujo vontade é a lei fixada neste estatuto.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os membros do conselho curador exercerão suas funções e atribuições sem remuneração.

CAPITULO VI

DA PERDA DO MANDATO

ARTIGO 25º → Os membros da diretoria e do conselho fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- A) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- B) Não cumprimento dos deveres instituidos por este

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos - Wensley - CIG 05011052/0001-33

R. Prudente de Moraes, 15 - 5º andar - R. J.

Telefone: (21) 250-1111 - Fax: (21) 250-1112

Notário Público - Tabelião de Notas - 1º de 1994

Cartório de Notas - 11 NOV 1994

Tabelião de Notas - Wensley - CIG 05011052/0001-33

Notário Público - Tabelião de Notas - 1º de 1994



estatuto;
C) Se incorrer em qualquer uma das penalidades previstas aos assistidos no capítulo III, artigo 9º.
PARAGRAFO PRIMEIRO - A perda do mandato será declarada pela assembléia geral.

PARAGRAFO SEGUNDO - Toda suspensão ou perda de cargo, será precedida de modificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recursos na forma deste estatuto.

ARTIGO 26º → Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da diretoria, assumirá automaticamente o cargo vacante, o substituto legal previsto neste estatuto. Esgotada a lista de membros da diretoria, será convocada a assembléia geral para novas eleições.

ARTIGO 27º → Se ocorrer renúncia coletiva da diretoria e do conselho fiscal e se não houver suplentes, o diretor-presidente, ainda que resignatário, convocará a assembléia geral, afim de que esta constitua diretoria provisória, até que se realizem novas eleições.

ARTIGO 28º → A diretoria provisória tomará as medidas necessárias para a realização de novas eleições, dentro do prazo de sessenta dias.

CAPITULO VII

DO PATRIMONIO DA FUNDACAO

ARTIGO 29º → Constituem o patrimônio da fundação:

1 - RECEITAS

- Doações e legados;
- Repasses de órgão públicos;
- Mensalidades de contribuintes;
- Bens e valores adquiridos ou recebidos e as rendas produzidas pelos mesmos;
- Receita de vendas do excedente de sua produção, quando não distribuída;
- Receitas eventuais;

2 - DESPESAS

- Salários e encargos;
- Impostos diversos;
- Material pedagógico;
- Material de expediente;
- Material de consumo;
- Despesas com refeitório;
- Despesas com ambulatórios e medicamentos;
- Pequenos utensílios;
- Uniformes;
- Locações;
- Conservação de bens;
- Honorários e comissões;
- Despesas com representações;
- Água, luz e telefone;
- Taxas e multas;
- Despesas eventuais aprovadas pela diretoria.

ARTIGO 30º → Os títulos de renda e os bens móveis e imóveis, só poderão ser alienados mediante permissão expressa da assembléia geral convocada para este fim.

ARTIGO 31º → No caso da dissolução da fundação, o que só se dará por deliberação expressa em assembléia geral, para fim convocada, o patrimônio social, depois de pagas as dívidas legítimas decorrentes de suas responsabilidades,

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

R. Princesa Isabel, 111 - Centro - São Paulo - SP - 01011-000

A autenticação por este Tabelião de Notas e Anexos é feita mediante a apresentação do original e a cópia autenticada é fornecida em papel próprio.

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensieg - GPC 5911052/0001-13



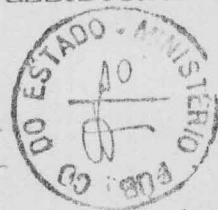
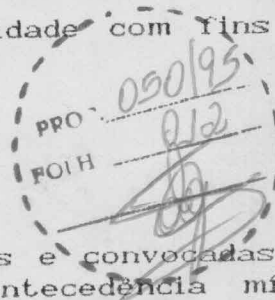
11 NOV 1994



dades, será destinado a entidade com fins assistenciais dentro deste município.

CAPITULO VIII

DAS ELEICOES



ARTIGO 32º → As eleições serão obrigatórias e convocadas através de ofícios protocolados, com antecedência mínima de 10 (DEZ) dias, sendo realizadas de horário e local pré-determinados, na data prevista neste estatuto.

ARTIGO 33º → Estarão aptos a votar todos os componentes da assembleia geral, de acordo com os membros constantes do artigo 11º.

ARTIGO 34º → O processo eleitoral será através de escrutínio secreto nas chapas previamente inscritas com antecedência mínima de 03 (três) dias, devidamente protocoladas coladas pela fundação.

PARAGRAFO UNICO - Cada membro da assembleia terá direito a um único voto.

CAPITULO IX

DO EXERCICIO SOCIAL

ARTIGO 35º → O exercício social terá duração de um ano, terminando em 31 de DEZEMBRO de cada ano.

ARTIGO 36º → No fim de cada exercício social, a diretoria fara elaborar, com base na escrituração contábil da fundação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPITULO X

DA LIQUIDACAO

ARTIGO 37º → A fundação poderá ser extinta por deliberação da assembleia geral extraordinária convocada especificamente para este fim.

ARTIGO 38º → A fundação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 39º → No caso de extinção, competirá a assembleia geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal, que devam funcionar durante o período de liquidação.

ARTIGO 40º → Extinta a fundação seus bens serão doados a uma instituição congênere, na forma do artigo 31º.

CAPITULO XI

ARTIGO 41º → O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar essa necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma assembleia geral para esse fim especialmente convocada.

ARTIGO 42º → Fica eleito o FORO desta comarca para qualquer ação fundada nestes estatutos.

ARTIGO 43º → O presente estatuto, formado por 11 (ONZE) capítulos e 43 (QUARENTA E TRÊS) artigos e seus parágrafos, foi discutido, votado e aprovado na assembleia geral extraordinária, realizada no dia 01.02.94 e

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensing - CGC 052/1052/0001-33

R. Princesa de Beira, 100 - Centro - Belo Horizonte - MG

Autenticado por este Tabelião de Notas e Anexos Wensing em 11/11/94

Por este Tabelião de Notas e Anexos Wensing em 11/11/94

11 NOV 1994

Tabelião de Notas e Anexos Wensing

CGC 052/1052/0001-33



DIRETOR-PRESIDENTE

WILMA ZERMIANI
RG.: 96.989/SSP-RO
CPF/MF.: 385.451.012-87

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

WILMAR ANTONIO TESTONI
RG.: 50.626/SSP-RO
CPF/MF.: 044.686.002-60

DIRETOR-SECRETARIO

JUAN ALEX TESTONI
RG.: 214.425/SSP-RO
CPF/MF.: 203.400.012-91

DIRETOR-TESOUREIRO

JACQUES TESTONI
RG.: 299.806/SSP-RO
CPF/MF.: 313.105.082-91

DIRETOR-SOCIAL

JACKELINE MARISTELA TESTONI
RG.: 3/R 1.632.884/SSP-SC
CPF/MF.: 488.584.719-20

CONSELHO FISCAL

PATRICIA DE LELIS TESTONI
RG.: 485.759/SSP-RO
CPF/MF.: 390.654.302-10

BOLEVARDE AMAZONAS TESTONI
RG.: 496.881/SSP-RO
CPF/MF.: 470.445.512-20

Cartório do Tabelionato de Notas e Anexos Wensing - C.C. 115.516.562-91
R. Princesa Isabel n.º 47
Oeste - RO

DENISE MARIA VIVIANI TESTONI
RG.: 114.337/SSP-MS
CPF/MF.: 281.867.372-00

17 NOV 1994

José Oscar Klüppel Teixeira
OAB/RO-393
CPF 339.910.819-20

05.911.052/0001-33

Cartório do Tabelionato de
Notas e Anexos Wensing

Rua Princesa Isabel n.º 47

Oeste - RO CEP: 78449-001

Oeste - RO

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE CURU PRETO DO OESTE
Apresentado h. je para registro e apontado
sob o nº 2933 fl. 090 do
Protocolo.
Registrado sob o nº de ordem 150
fl. 110 do Livro A-1
Registro Civil de P. J. de
Oeste - RO
Tabelião - Ato N.º 12/TURO
CIC 115.516.562-91

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
22/02/95	N.º 050/95
RESPONSÁVEL	



AO GABINETE DO PRESIDENTE:

SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS EM ANEXO AO MESMO.

Em, 22-02-95.

Olcymar Galimberti da Costa
CHEFE SEÇÃO PROTOCOLO
PORT. No. 067/GP/CMOPO/RO/94

A Divisão Legislativa,

Segue o presente projeto de Lei
para as providências Cabíveis a espécie.

23
02
95

Bo Plenário

Segue o presente processo
para conhecimento 23/02/95

Anônica Edna Lobo Pinheiro
DIRETORA LEGISLATIVA
PORT. No. 056/GP/CMOPO-RO-94

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA

Comissão Permanente de

Justiça e Redação

Para parecer dentro do prazo reg-
mental, em 27 de 02 de 1995

Chefe De Seção Legislativa



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.95

ASSUNTO: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR
POR PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFES-
SORES NÍVEL MÉDIO".

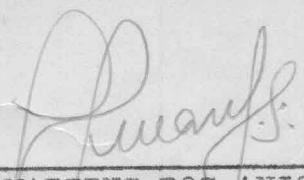
PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação embasa-se no Artigo 37 Inciso IX da Constituição Federal e no Artigo 221 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 512 de 21.10.94 que reconhece a Fundação, como de Utilidade Pública.

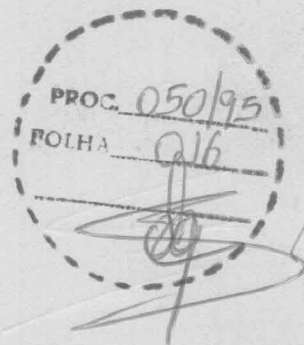
Assim sendo, deve o Projeto ser apreciado quanto à sua viabilidade, pelas Comissões de Justiça e Redação, Educação e Assistência Social e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala da Asses. Jurídica, 03 de março/ 1995



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR-JURÍDICO



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.95

ASSUNTO: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR
POR PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFES-
SORES NÍVEL MÉDIO".

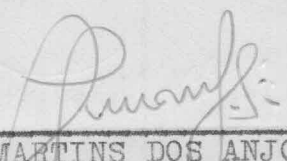
PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação embasa-se no Artigo 37 Inciso IX da Constituição Federal e no Artigo 221 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 512 de 21.10.94 que reconhece a Fundação, como de Utilidade Pública.

Assim sendo, deve o Projeto ser apreciado quanto à sua viabilidade, pelas Comissões de Justiça e Redação, Educação e Assistência Social e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala da Asses. Jurídica, 03 de março/ 1995



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR-JURÍDICO

PROC. 050/95
FOLHA 017

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDACÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.95

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR '
POR PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSO-
RES NÍVEL MÉDIO".

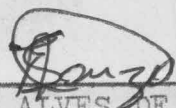
PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto é Constitucional, estando pois' embasado na Constituição, em nossa Lei Orgânica, somos de parecer que o mesmo seja aprovado, pois trata-se de alfabetizar crianças carentes em nosso Município.

Por sua relevância social, somos de parecer favorável.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 03 de março/1995 .


ÉLIO ALVES DE SOUZA

RELATOR



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 14
Em: 13 / 03 / 95

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.95

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR
POR PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSO-
RES NÍVEL MÉDIO".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 004

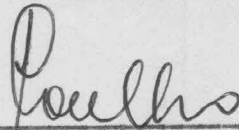
A Comissão acima, após detida análise é
favorável à aprovação do Projeto por ser o mesmo:

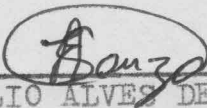
- a) Constitucional;
- b) De relevância social, pois trata-se de
contratar 06 (seis) Professores Nível Médio para alfabetizar
crianças carentes em nosso Município que prestarão seus serviços
na Fundação ZERMIANI.

Assim sendo, somos de parecer favorável à
aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 03 de março/ 1.995


AURO VIEIRA COELHO
PRESIDENTE


ELIO ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO



COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E

ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.1995

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR
PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSORES NÍVEL
MÉDIO".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto, este Relator
observa que a Contratação desses 06 (seis) Professores é plenamen-
te necessária, pois irá atender às crianças carentes da Fundação
WILMA ZERMIANI.

Portanto, o relator é favorável à aprovação
do Projeto com as Emendas apresentadas.

É nosso Parecer.

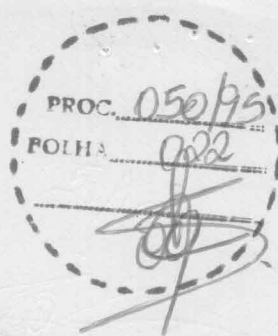
Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995 .


RONILTON RODRIGUES REIS

RELATOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14
13 / 03 / 95


EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/95



FICA ASSIM REDIGIDO O ARTIGO 1º DO PROJE
TO DE LEI Nº 527/95:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a
contratar por prazo determinado 07 (sete) Professores Nível Médio.

Sala das Comissões em, 07 de março/ 1.995



IVAN JOSÉ DA SILVA
VEREADOR AUTOR




J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda Modificativa, em virtude da iniciativa da Fundação VILMA ZERMIANI, tendo em vista a necessidade de acolher crianças carentes, proporcionando a elas Ensino da melhor qualidade.

Pelo alto custo financeiro que a família está investindo em nosso Município, através da Fundação e, considerando o sistema implantado pela Presidente da mesma, proporcionando além do Ensino de ótima qualidade, um padrão de higiene e alimentação bastante satisfatório.

Diante do exposto, e visando que o Município possa fazer muito mais em prol da Fundação, rogamos aos Nobres Pares desta Casa, que acatem a Emenda ora apresentada.

Sala das Comissões em, 07 de março/1.995



Jean José da Silva
Vereador - PFL




J U S T I F I C A T I V A

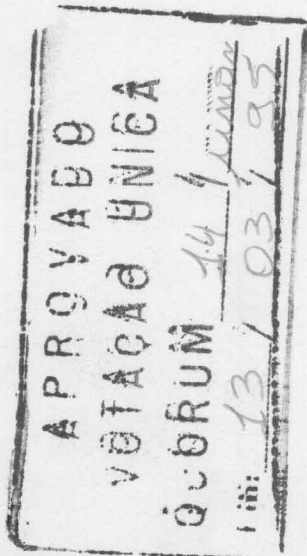
Justifica-se a presente Emenda Modificativa, em virtude da iniciativa da Fundação VILMA ZERMIANI, tendo em vista a necessidade de acolher crianças carentes, proporcionando a elas Ensino da melhor qualidade.

Pelo alto custo financeiro que a família está investindo em nosso Município, através da Fundação e, considerando o sistema implantado pela Presidente da mesma, proporcionando além do Ensino de ótima qualidade, um padrão de higiene e alimentação bastante satisfatório.

Diante do exposto, e visando que o Município possa fazer muito mais em prol da Fundação, rogamos aos Nobres Pares desta Casa, que acatem a Emenda ora apresentada.

Sala das Comissões em, 07 de março/1.995


Ivan José da Silva
Vereador - PFL



EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/95

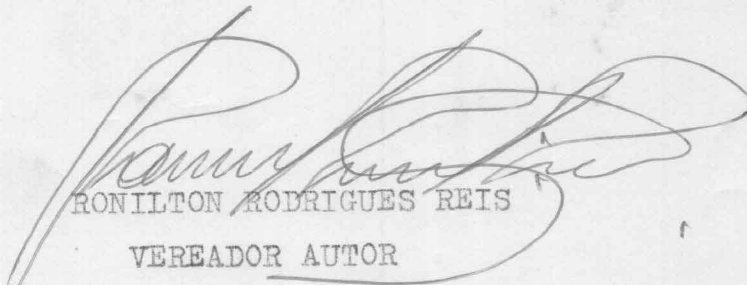


FICA ASSIM REDIGIDO O ARTIGO 3º DO PROJETO DE
LEI Nº 527/95:

Art. 3º) Os Servidores Contratados pelo regime desta Lei, prestarão os serviços junto à Fundação WILMA ZERMIANI, com ônus para o Município. Devendo a Fundação colocar placa em frente a sede da mesma constando o nº desta Lei e nº do Contrato de Convênio com o Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de Cessão não poderá ultrapassar ao período de que trata o Parágrafo Único do Artigo 2º.

Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995 .



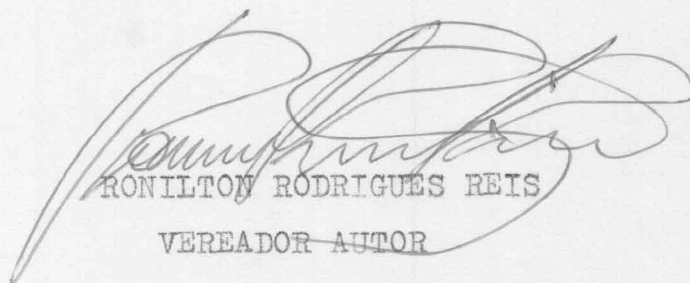
RONILTON RODRIGUES REIS
VEREADOR AUTOR



J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda, uma vez que a Fundação deve tornar público que o Município está conveniado com a mesma para ajudar aos alunos carentes.

Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995.



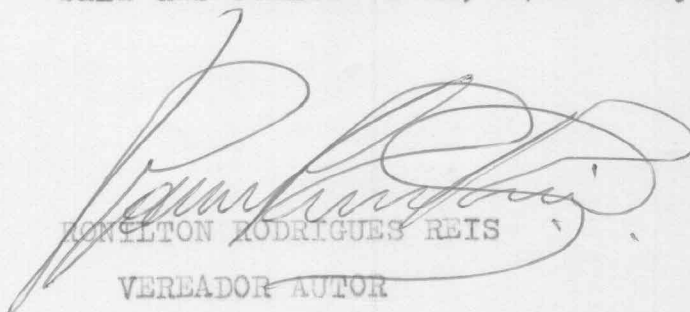
RONILTON RODRIGUES REIS
VEREADOR-AUTOR



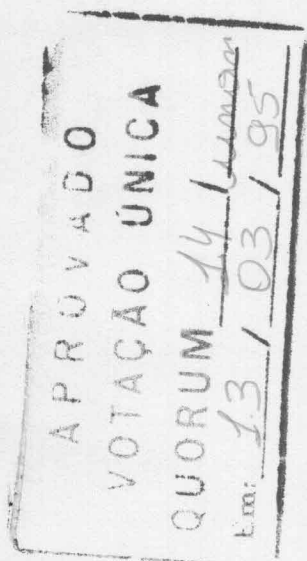
J U S T I F I C A T I V A _

Justifica-se a presente Emenda, uma vez que a Fundação deve tornar público que o Município está conveniado com a mesma para ajudar aos alunos carentes.

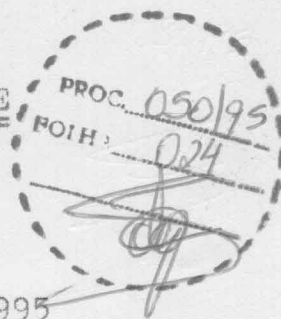
Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995.



ROMÊLTON RODRIGUES REIS
VEREADOR AUTOR



COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL.



PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.1995

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR
PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSORES NÍVEL
MÉDIO".


PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 002

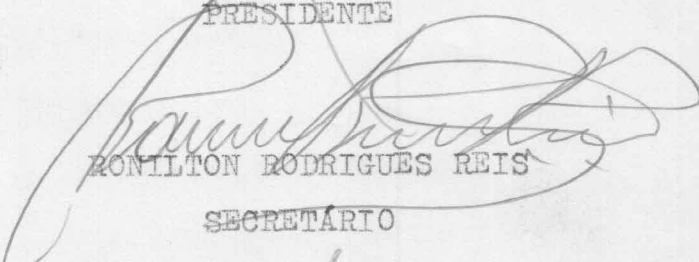
A Comissão em detida análise é favorável à sua aprovação, uma vez que o Projeto é de relevante valor social, pois trata de Contratar (seis) 06 Professores para atender às crianças carentes da Fundação WILMA ZERMIANI alfabetizando-as.


O Membro da Comissão Vereador Ivan José da Silva apresenta ^Emenda elevando o nº de 06 (seis) para 07 (sete) Professores. A Comissão é favorável à aprovação do Projeto com a respectiva ^Emenda, e também com a ^Emenda apresentada pelo Relator Ronilton Rodrigues Reis.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995 .


ANTONIO DE S. PENA FILHO
PRESIDENTE


RONILTON RODRIGUES REIS
SECRETÁRIO


IVAN JOSÉ DA SILVA
MEMBRO

A Divisão Legislativa



Segue o presente processo
para providências
em 07/03/95

Albuquerque

Assessoria Legislativa
8124 - 10100V

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA
Comissão Permanente de *Orça-*
mento e Finanças
Para parecer dentro do prazo regi-
mental, em 07 de 03 de 1.9 95
Albuquerque
Chefe da Seção Legislativa

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
O Vereador *João Nogueira*
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento e Finanças
No Uso Das Atribuições Que Lhe Conferem
O Art. 44 Do Regime do Interno.
Resolve Designar o Vereador
Merito *João Nogueira* Relator do Presente Projeto de Lei
N.º 527 1995
Sala Das Comissões. Em 07 De
Março 1.9 95

João Nogueira do Nascimento
Vereador - PSDB



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.1995

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR
PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSORES NÍVEL
MÉDIO".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto, esta Comissão
em detida análise, sentiu que o Projeto é viável, necessário e de
relevante valor social, pois trata-se de Projeto que se refere à
Contratação de 06 (seis) Professores para a Fundação ZERMIANI.

Assim sendo, somos de parecer favorável à
aprovação do mesmo.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995 .



JUAREZ MARCOS ARRABAL
RELATOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 14
Em: 13 / 03 / 95



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 527 DE 21.02.1995

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO 06 (SEIS) PROFESSORES NÍVEL MÉDIO".

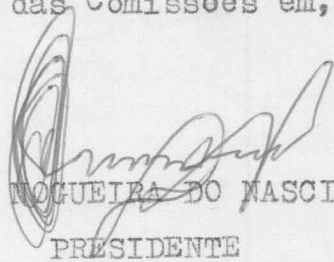
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 004

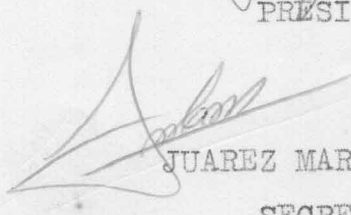
A Comissão após detida análise é de parecer favorável à sua aprovação, uma vez que o Projeto é de relevante valor social, pois trata-se de alfabetização de crianças carentes em nosso Município.

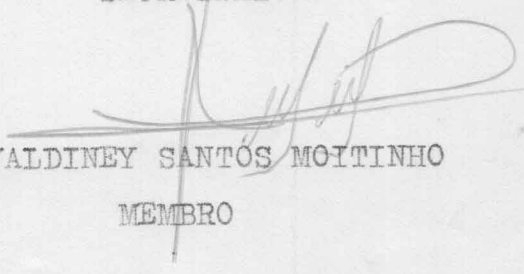
Assim sendo, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 07 de março de 1.995 .


JOÃO NOGUEIRA DO NASCIMENTO
PRESIDENTE

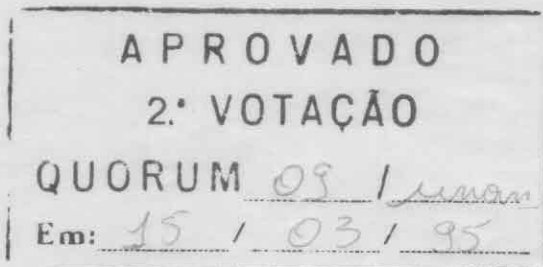

JUAREZ MARCOS ARRABAL
SECRETÁRIO


VALDINEY SANTOS MOITINHO
MEMBRO



PROJETO DE LEI Nº 527

DE 21 DE FEVEREIRO DE 1995.



"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 07 (SETE) PROFESSORES NÍVEL MÉDIO".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Autoriza o Poder Executivo a contratar por prazo determinado 07 (sete) Professores Nível Médio.

Art. 2º) A Contratação de que trata esta Lei dependerá da prévia autorização do Prefeito Municipal, por indicação do Secretário Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - À Contratação deverá especificar as condições, o local e o período do contrato, que não excederá a 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º) Os Servidores Contratados pelo regime desta Lei, prestarão os serviços junto à Fundação WILMA

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unanim
Em: 13 / 03 / 95



PROJETO DE LEI Nº 527

DE 21 DE FEVEREIRO DE 1995.

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 09 / unanim
Em: 15 / 03 / 95

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 07 (SETE) PROFESSORES NÍVEL MÉDIO".

Oeste,

O Prefeito do Município de Ouro Preto do

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Autoriza o Poder Executivo a contratar por prazo determinado 07 (sete) Professores Nível Médio.

Art. 2º) A Contratação de que trata esta Lei dependerá da prévia autorização do Prefeito Municipal, por indicação do Secretário Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - À Contratação deverá especificar as condições, o local e o período do contrato, que não excederá a 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º) Os Servidores Contratados pelo regime desta Lei, prestarão os serviços junto à Fundação WILMA!



Fls. 02

ZERMIANI, com ônus para o Município. Devendo a Fundação colocar placa enfrente a sede da mesma contando o nº desta Lei e nº do Contrato de Convênio com o Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de Cessão não poderá ultrapassar ao período de que trata o Parágrafo Único do Artigo 2º:

Art. 4º) Os Vencimentos do Servidor contratado, terão por base o valor do nível de referência inicial do Cargo correspondente.

§ 1º) O Servidor temporário fará jus às gratificações e demais vantagens concedidas aos servidores da categoria específica.

§ 2º) o reajuste do vencimento obedecerá aos mesmos índices e ocorrerá na mesma data do concedido aos funcionários do quadro permanente de pessoal do Município.

Art. 5º) Aos Servidores contratados sob o regime desta Lei, aplicar-se-ão as normas concernentes aos direitos, deveres e proibições previstos ao funcionalismo público em geral.

Art. 6º) As despesas decorrentes com a execução desta, correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º) Revogam-se as disposições em contrário.


João Resende
PRESIDENTE



Fls. 02

ZERMIANI, com ônus para o Município. Devendo a Fundação colocar placa enfrente a sede da mesma contando o nº desta Lei e nº do Contrato de Convênio com o Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de Cessão não poderá ultrapassar ao período de que trata o Parágrafo Único do Artigo 2º:

Art. 4º) Os Vencimentos do Servidor contratado, terão por base o valor do nível de referência inicial do Cargo correspondente.

§ 1º) O Servidor temporário fará jus às gratificações e demais vantagens concedidas aos servidores da categoria específica.


§ 2º) o reajuste do vencimento obedecerá aos mesmos índices e ocorrerá na mesma data do concedido aos funcionários do quadro permanente de pessoal do Município.

Art. 5º) Aos Servidores contratados sob o regime desta Lei, aplicar-se-ão as normas concernentes aos direitos, deveres e proibições previstos ao funcionalismo público em geral.

Art. 6º) As despesas decorrentes com a execução desta, correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º) Revogam-se as disposições em contrário.


Bras Basende
PRESIDENTE

AO Chefe de Gabinete

Segue o presente processo
para encaminhar copia da Re-
dacao Final e emendas, para o
Poder Executivo.

Em 15/03/95



Antônia Edna Lobo Pinheiro
DIRETORA LEGISLATIVA
PORT. No. 055/GP/CMOPO-RO-94

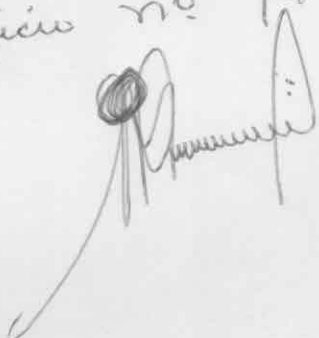
Ofício nº 146/6P
Em, 15/03/95

A Divisão Legislativa

Segue o presente projeto para
aguardar lei.

Encaminhado ao Poder Executivo
pelo Ofício nº 146/6P/15.03.95

16
03
95



AO Arquivo

Segue o presente processo
para ser arquivado
Em 29/03/95



Antônia Edna Lobo Pinheiro
DIRETORA LEGISLATIVA
PORT. No. 055/GP/CMOPO-RO-94